

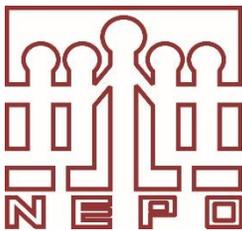
ISSN 1413-9243



T E X T O S
N E P O

90

CAMPINAS, NOVEMBRO DE 2020



**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E JUSTIÇA SOCIO-ESPACIAL
NO BRASIL: PRIMEIROS RESULTADOS DE PESQUISA**

**FLÁVIA VITOR LONGO
ANTÔNIO AUGUSTO ROSSOTTO IORIS
ROBERTO LUIZ DO CARMO
JOSÉ MAURÍCIO ANDION ARRUTI**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitoria

Prof. Dr. **Marcelo Knobel** – Reitor

Pró-Reitorias

Prof. Dra. Eliana Martorano Amaral – Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Nancy Lopes Garcia – Pró-Reitora de Pós-Graduação

Prof. Dr. Munir Salomão Skaf – Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto – Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Prof. Dr. Fernando Augusto de Almeida Hashimoto – Pró-Reitor de Extensão e Cultura



UNICAMP

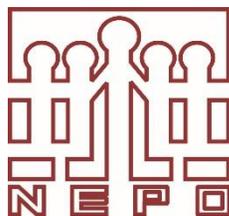
Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Dra. Ana Carolina de Moura Delfim Maciel

Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”

Dr. **Alberto Augusto Eichman Jakob** – Coordenador

Dra. **Maísa Faleiros da Cunha** – Coordenadora Associada



Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES

Editora dos Textos NEPO

Dra. Gláucia dos Santos Marcondes

Dra. Laécia Rodrigues de Souza

Dra. Luciana Correia Alves

Edição de Texto: Preparação/Diagramação

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

Revisão Bibliográfica

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Fernandes

Longo, Flávia Vitor et al.

Educação escolar indígena e justiça socio-espacial no Brasil: primeiros resultados de pesquisa / Flávia Vitor Longo; Antônio Augusto Rossotto Ioris; Roberto Luiz do Carmo; José Maurício Andion Arruti. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Unicamp, 2020.

33p.

(Educação escolar indígena e justiça socio-espacial no Brasil: primeiros resultados de pesquisa, TEXTOS NEPO 90).

1. Educação escolar indígena. 2. Indicadores. 3. Censo Escolar. I. Ioris, Antônio Augusto Rossotto. II. Carmo, Roberto Luiz. III. Arruti, José Maurício Andion. IV. Título. V. Série.

As afirmações e conclusões expressas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es) e não refletem necessariamente a visão da instituição.

SÉRIE TEXTOS NEPO

TEXTOS NEPO – publicação seriada do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da UNICAMP – foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados **noventa números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

A Coleção **Textos NEPO** também está acessível na homepage do NEPO, em publicações, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico: <http://www.nepo.unicamp.br>.

Dr. **Alberto Augusto Eichman Jakob**
Coordenador

Dra. **Maísa Faleiros da Cunha**
Coordenadora Associada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. FONTES DE DADOS DA PESQUISA.....	9
2. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS EM SÃO PAULO E MATO GROSSO DO SUL.....	11
3. INDICADORES SELECIONADOS: ESCOLAS, PROFESSORES E ESTUDANTES INDÍGENAS	14
4. SÍNTESE.....	31
REFERÊNCIAS	32
ANEXOS.....	33

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E JUSTIÇA SOCIO-ESPACIAL NO BRASIL: PRIMEIROS RESULTADOS DE PESQUISA

RESUMO

A educação escolar indígena é, para além da instrução formal, um dos instrumentos na luta dos povos indígenas pela recuperação de suas terras ancestrais. A partir dessa premissa, a Universidade de Cardiff, em parceria com a Unicamp e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), elaborou um projeto com o objetivo de conhecer aspectos da educação básica indígena e sua relevância política na afirmação das identidades étnicas, especialmente na recuperação de terras indígenas. O projeto foi dividido em duas partes. A primeira, realizada na Unicamp, consiste em utilizar dados de fontes secundárias para retratar as condições da educação escolar indígena no Mato Grosso do Sul e em São Paulo. A segunda investiga, por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas por pesquisadores da UFGD, as circunstâncias de elevada violência e discriminação sofrida pelos Guarani-Kaiowá em sua luta pelo direito à terra. Este texto registra os principais achados referentes à primeira etapa da pesquisa.

Palavras chave: Educação escolar indígena. Indicadores. Censo Escolar.

ABSTRACT

Indigenous school education is, in addition to formal instruction, one of the instruments in the struggle of indigenous peoples for the recovery of their ancestral lands. Based on this premise, the University of Cardiff in partnership with Unicamp and the Federal University of Grande Dourados (UFGD) developed a project with the objective of learning about aspects of indigenous basic education and its political relevance in the affirmation of ethnic identities, especially in the recovery of indigenous lands. The project was divided into two parts. The first, carried out at Unicamp, consists of using data from secondary sources to portray the conditions of indigenous school education in Mato Grosso do Sul and São Paulo. The second investigates, through semi-structured interviews conducted by researchers from UFGD, the circumstances of high violence and discrimination suffered by the Guarani-Kaiowá in their struggle for the right to land. This text records the main findings regarding the first stage of the research.

Keyword: Indigenous school education. Indicators. School Census.

INTRODUÇÃO

Esse texto apresenta um resumo dos principais resultados da primeira fase da pesquisa “Educação Escolar Indígena e Justiça Socioespacial no Brasil” (*Indigenous School Education and Socio-Spatial Justice in Brazil*) realizada por meio de parceria entre a Universidade de Cardiff (*School of Geography and Planning*), Unicamp (Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” e Laboratório das Licenciaturas do IFCH-L3) e a Universidade Federal da Grande Dourados (Departamento de Geografia), com recursos do fundo britânico de pesquisa GCRF (*Global Challenges Research Fund*; código do projeto: JA2610RC04). O objetivo principal do projeto é avaliar a qualidade da educação primária em escolas indígenas, sua contribuição para o bem-estar das comunidades e sua relevância política quanto à afirmação de identidades étnicas e à recuperação de terras ancestrais. Trata-se de um estudo piloto nos estados brasileiros de São Paulo e Mato Grosso do Sul com uma estratégia de investigação quali-quantitativa e engajamento transversal com as populações e comunidades parceiras, que deverá ser posteriormente expandido para o restante do país.

O ponto de partida da pesquisa foi reconhecer a escola comunitária indígena como um espaço privilegiado não apenas para o aprendizado curricular convencional, mas também para compartilhar o passado e se preparar para mudanças sociais coletivas. A interação entre adultos, crianças e pais proporcionada pela escola é importante para qualquer comunidade, especialmente em circunstâncias sociais e econômicas adversas como no caso das populações indígenas em campanha por terra, direitos e reconhecimento político. Apesar de a educação escolar geralmente divergir bastante do conhecimento acumulado dos povos indígenas, esta é uma conquista no processo de interação com o Estado nacional e com a sociedade não indígena. A introdução, o funcionamento e a apropriação de escolas indígenas estão diretamente relacionados à recuperação de territórios ancestrais e à autodeterminação étnica e cultural. Esses elementos fazem das escolas indígenas uma ferramenta de decolonização e um campo de disputa, reflexão e solidariedade. O esforço coletivo de decolonizar e indigenizar a educação escolar não pode ser dissociado das reações aos processos subjacentes de controle do poder e de reparação do legado do colonialismo, racismo e desigualdade. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, traz em seus artigos o reconhecimento de que uma educação adaptada à cultura e condição dos povos (ditos) indígenas é fundamental para sua autonomia, autodeterminação e garantia da preservação (NAÇÕES UNIDAS, 2008). A Declaração também defende o direito dos povos indígenas de controlar suas instituições e sistema educacional (Artigos 14 e 15), que garantem que seus conhecimentos e tradições sejam adequadamente reconciliados com a educação geral não indígena.

Anterior à Declaração, temos a própria Constituição Federal brasileira, que contempla uma educação escolar indígena intercultural, bilíngue, com materiais didáticos próprios e professores com formações específicas (BRASIL, 1988; 1996). Ainda que essas medidas existam, observam-se lacunas

entre o que é preconizado nas leis, diretrizes e pareceres e o que se verifica nas estatísticas oficiais. As escolas indígenas são parte de um projeto maior, um instrumento de produção e reprodução de conhecimentos, cuja especificidade e interculturalidade visa à autonomia dessas escolas e da manutenção da vida das comunidades (SILVA; AZEVEDO, 1995).

Neste trabalho, optamos por comparar o que está previsto nos marcos nacionais regulatórios da educação escolar indígena e o que se observa nos dados oficiais por meio de uma seleção de seis indicadores: (1) o ensino bilíngue; (2) uso de material didático específico e; (3) formação específica do docente. Os outros três indicadores visam quantificar (4) a evolução do número de escolas indígenas, (5) o número de estudantes indígenas e (6) o número de professores indígenas na educação básica, no período em que há disponibilidade de dados (2007-2019).

Quanto ao ensino bilíngue, o artigo 210 da Constituição Federal garante que os indígenas possam valer-se de seus idiomas nos espaços escolares. Silva e Azevedo (1995) recordam, no entanto, que o modelo de escola bilíngue não é novo, mas sim a autonomia dos povos indígenas sobre a decisão do quê, como e em qual ou quais idiomas suas escolas devem ensinar. Atualmente, o bilinguismo dos indígenas nas escolas é tido como uma forma de promover a interculturalidade prevista para a educação escolar indígena. Lisbôa (2017) ao tratar dessa questão, ressalta a necessidade de um bilinguismo aditivo, onde as duas línguas são valorizadas, mas a língua portuguesa é complementar à língua materna dos indígenas. Este é um dos fundamentos necessários para que, além da existência de uma educação escolar indígena autônoma, os sujeitos indígenas possam transitar em outros espaços e terem sua própria voz junto às decisões governamentais (LISBÔA, 2017).

O uso de materiais didáticos específicos, por sua vez, teve marco significativo em 2001, após a promulgação do Plano Nacional da Educação (PNE), cujos objetivos indicam a criação da categoria “escola indígena”, e com ela, a necessidade de materiais didáticos e pedagógicos específicos. Cunha (2008) assinala que um dos desafios foi a definição de uma grafia das línguas indígenas para a confecção de dicionários e de livros didáticos. Quatro anos após a publicação do PNE, ocorreu o I Seminário Nacional de Material Didático Indígena, reivindicado pelo próprio movimento indígena. Nesse seminário decidiu-se que os indígenas seriam os responsáveis por elaborar seus materiais didáticos e que permaneceria a transmissão do conhecimento por meio da oralidade, inclusive por meio de rádio escolas. No entanto, os materiais audiovisuais são subaproveitados, dado que faltam às escolas indígenas infraestrutura e recursos para reproduzir esse tipo de material (CUNHA, 2008). Grupioni (2006) afirma que a maior parte dos livros, cartilhas, atlas e mapas específicos para a educação escolar indígena são elaborados pelos próprios indígenas que cursam formação específica para docência. Esses materiais são “o produto mais visível da prática de uma educação intercultural e bilíngue” (GRUPIONI, 2006, p. 50).

Já a formação específica docente para educação escolar indígena abarca, além da elaboração do material didático, o domínio do conhecimento e cultura étnicos próprios e dos conteúdos acadêmico não-indígenas (MAHER, 2006). Com um currículo extenso, esses cursos formam professores-pesquisadores: ao terem que elaborar os materiais didáticos, os docentes dedicam-se ao registro, à transcrição e à organização dos saberes de seus povos em livros e em outros meios materiais (MAHER, 2006; GRUPIONI, 2006). Os estudantes desses cursos muitas vezes já atuam como professores em suas comunidades e são também vistos como interlocutores entre os mundos indígena e não-indígena. Essa é uma das razões pelas quais a questão da formação específica de professores constitui uma das pautas de reivindicação dos movimentos indígenas (GRUPIONI, 2006).

1. FONTES DE DADOS DA PESQUISA

Para fazer o levantamento dos indicadores, utilizamos o Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). São, portanto, fontes de dados secundárias, cujos dados perfazem as estatísticas oficiais sobre diversos temas relacionados à população e à educação básica.

A principal fonte de informação sobre a população brasileira e algumas de suas características educacionais é o Censo Demográfico, de periodicidade decenal, sendo o mais recente datado de 2010. O Censo Demográfico disponibiliza também as características socioeconômicas da população e a sua estrutura demográfica, o que possibilita realizar cruzamentos dessas informações para constituir uma descrição bastante precisa da população. Todavia, os dados disponíveis estão defasados em uma década, sendo que o próximo censo deverá ser realizado apenas em 2021, por conta das contingências da pandemia da Covid-19. Considerando a amplitude das mudanças sociais e econômicas ocorridas no período, essa defasagem temporal traz dificuldades significativas.

Com a tarefa de buscar informações mais recentes sobre a população indígena no período intercensitário, havíamos recorrido à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e que, no entanto, mostrou-se frágil para nossos objetivos. A amostra da PNAD depende do volume populacional dos municípios, dos setores censitários e da quantidade de domicílios nesses setores, sendo que o perfil dos domicílios e de seus residentes deve ser representativo dos demais que estão ao seu redor. Para se conhecer os valores representativos do universo é necessário multiplicar os casos na amostra por um fator de ponderação. Esse fator de ponderação, por sua vez, depende de estimativas das projeções populacionais, as quais são baseadas nos resultados dos Censos Demográficos. Ao trabalhar com as variáveis correspondentes às populações indígenas residentes em São Paulo (SP) e no Mato Grosso do Sul (MS), mesmo com a aplicação do fator de ponderação, os

valores encontrados mostraram-se muito aquém daqueles observados no Censo Demográfico de 2010. Outro fato que corrobora a inviabilidade da PNAD neste estudo é que, no exercício da comparação do número de estudantes observados na PNAD e no Censo Escolar, houve divergência da ordem dos valores encontrados. Tendo em vista as dificuldades e incompatibilidades detectadas, a utilização da PNAD não se mostrou viável, por isso empregamos nessa abordagem, ainda que defasados, somente os dados do Censo Demográfico 2010 para situar o contexto de algumas questões sobre educação escolar indígena.

Para se conhecer os indicadores da educação escolar indígena, bem como o número de escolas, professores e estudantes indígenas, utilizamos o Censo Escolar¹, cuja série de dados está disponível para o período 1995-2019. Essa base de dados é a principal fonte de informação sobre a Educação Básica brasileira. Utilizamos os dados de 2007 a 2019, pois estas bases de dados correspondem ao período de informatização de coleta dessa pesquisa. Os resultados de 2019, no entanto, ainda estão sujeitos a retificações por parte do INEP. A última versão disponível no site e utilizada neste estudo data de 19/03/2020. Os dados sobre educação escolar indígena devem ser analisados com cuidado, especialmente os de 2019.

O Censo Escolar utiliza registros administrativos, e desde 2007, computa o número e as características de quatro unidades de investigação, separadamente: escolas, turmas, professores e matrículas. É necessário destacar que o número de matrículas não corresponde ao número de estudantes. Um mesmo estudante pode ter um ou mais registros de matrícula. Para determinar o número de estudantes é preciso recorrer ao código identificador do aluno, este sim, uma chave única para cada pessoa. Assim, realizou-se um procedimento de agregação de múltiplas matrículas segundo esse código identificador, de modo que a unidade de análise passasse a ser o estudante. O mesmo foi aplicado à base de professores, utilizando-se o código identificador do docente a fim de eliminar múltiplas entradas no banco de dados. Um dos problemas desse procedimento é que, no caso dos estudantes, há perda² de dados sobre o atendimento a diferentes cursos; e no caso dos professores, perde-se informação sobre atuação em mais de uma escola e as características desses outros estabelecimentos onde o docente pudesse estar inserido.

As estatísticas do Censo Escolar são a principal fonte de dados empregada no planejamento do ensino escolar público. A ausência de uma série temporal e consistente de dados sobre a educação escolar indígena sugere a invisibilidade desses povos nas esferas de planejamento e poder público. A fim de ilustrar o contexto demográfico das populações indígenas residentes em Mato

¹ Importante lembrar que embora exista coleta de informações educacionais no Brasil desde a década de 1930, houve um único censo da educação escolar indígena no Brasil, datado de 1999 e publicado em 2001 (INEP, 2001). Além dessa pesquisa, o INEP publicou em 2007 um compêndio estatístico sobre a educação escolar indígena a partir dos dados do Censo Escolar de 2005 (INEP, 2007).

² Sobre o percentual de casos suprimidos, ver as Tabelas 1 e 2 na seção “Anexos”.

Grosso do Sul e em São Paulo, apresentamos um perfil com informações básicas a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Em seguida, relatamos as principais tendências observadas nos dados do Censo Escolar.

2. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS EM SÃO PAULO E MATO GROSSO DO SUL

Segundo o Censo Demográfico de 2010, naquele ano o Brasil contava 896.917 pessoas indígenas. A maior parte dessa população residia no Amazonas (20,5%), seguida do Mato Grosso do Sul (8,6%). O estado de São Paulo figurava na 8ª posição, com 5,7% do total de pessoas que se declararam ou se consideravam como indígenas (Tabela 1). Azevedo (2011) indica que em 2010 houve um aumento de 0,44% das pessoas que se declaravam indígenas em comparação com o Censo 2000, e esse aumento foi mais expressivo nas regiões sul e sudeste do país.

Em comparação com as populações dos próprios estados, Mato Grosso do Sul tinha aproximadamente 3% do total de sua população (2.449.024) composta por pessoas indígenas (77.025). Em São Paulo, esse grupo específico respondia por 0,1% (41.981) do total da população naquele estado (41.262.199).

TABELA 1 – Brasil, 2010 – Total de pessoas indígenas segundo unidade da federação

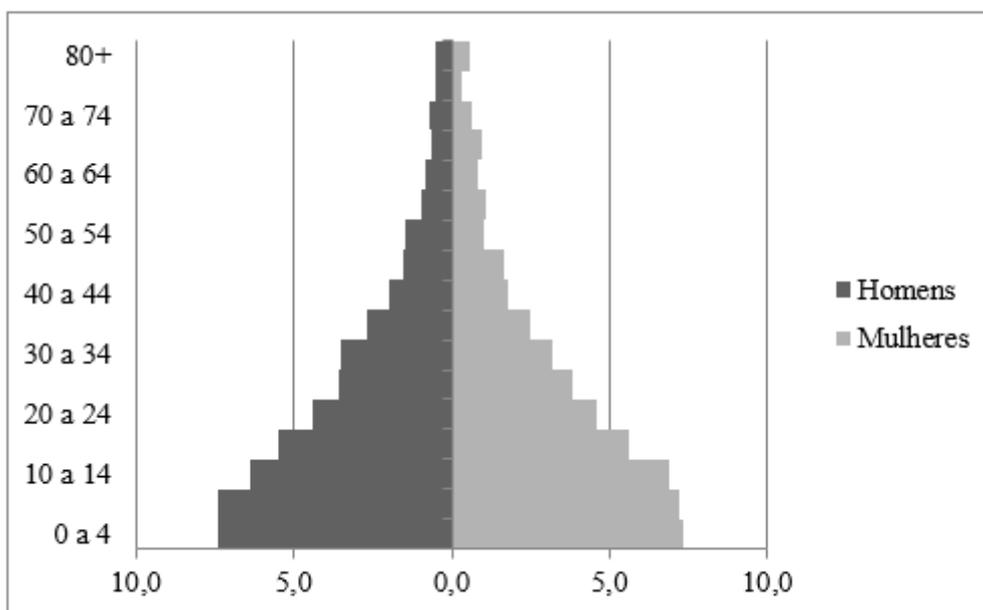
Brasil e Unidade da Federação	Pessoas indígenas*	
	N	%
Rondônia	13.076	1,5
Acre	17.578	2,0
Amazonas	183.514	20,5
Roraima	55.922	6,2
Pará	51.217	5,7
Amapá	7.411	0,8
Tocantins	14.118	1,6
Maranhão	38.831	4,3
Piauí	2.944	0,3
Ceará	20.697	2,3
Rio Grande do Norte	2.597	0,3
Paraíba	25.043	2,8
Pernambuco	60.995	6,8
Alagoas	16.291	1,8
Sergipe	5.221	0,6
Bahia	60.120	6,7
Minas Gerais	31.677	3,5
Espírito Santo	9.585	1,1
Rio de Janeiro	15.894	1,8
São Paulo	41.981	4,7
Paraná	26.559	3,0
Santa Catarina	18.213	2,0
Rio Grande do Sul	34.001	3,8
Mato Grosso do Sul	77.025	8,6
Mato Grosso	51.696	5,8
Goiás	8.583	1,0
Distrito Federal	6.128	0,7
Brasil (total)	896.917	100,0

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Dados do universo.

***Nota:** Foram definidas como pessoas indígenas aquelas residentes em terras indígenas que se declararam indígenas ou se consideravam como indígenas (ainda que no quesito raça/cor tenham se declarado diferente de indígena) e pessoas residentes fora de terras indígenas e que se declararam indígenas.

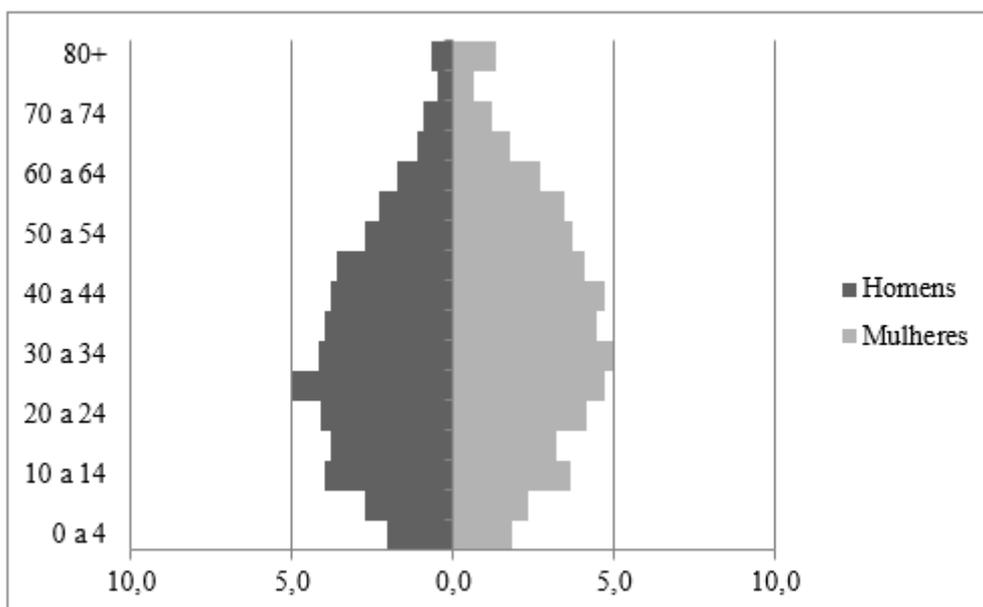
Na comparação entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, destaca-se que dos indígenas residentes no estado do centro-oeste, 79,4% estavam em terras indígenas. Em São Paulo, a população indígena residente em terras indígenas correspondia a 6,6%. Também destacamos a diferença das pirâmides populacionais indígenas, isto é, a distribuição percentual da população segundo sexo e grupos etários quinquenais (Gráficos 1 e 2). Enquanto a pirâmide do Mato Grosso do Sul apresenta base mais larga e topo mais estreito, evidenciando assim uma população mais jovem, a de São Paulo tem base e topos estreitos, indicando uma população composta principalmente de jovens adultos e adultos. Quanto à distribuição segundo sexo, Mato Grosso do Sul apresenta equilíbrio, enquanto São Paulo tem maior proporção de indígenas do sexo feminino.

GRÁFICO 1 – Mato Grosso do Sul, 2010 – População indígena segundo idade e sexo



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Dados do universo.

GRÁFICO 2 – São Paulo, 2010 – População indígena segundo idade e sexo



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Dados do universo.

Quanto aos aspectos educacionais, no Censo Demográfico é perguntado se a pessoa frequenta escola ou creche, sendo que “escola” compreende desde o ensino fundamental até o ensino superior e pós-graduação. Na comparação entre as populações indígenas dos dois estados, quanto à educação escolar, destacamos que 34,5% dos indígenas no Mato Grosso do Sul e 25,3% em São Paulo frequentavam escola no ano da pesquisa. Dentre os que não frequentavam, no entanto, 37% no Mato Grosso do Sul e 65,6% em São Paulo haviam

frequentado escola em algum momento anteriormente (Tabela 2). O fato de quase um terço da população indígena no Mato Grosso do Sul nunca ter frequentado escola deve ser relativizado, dada a proporção de crianças pequenas na composição dessa população.

TABELA 2 – Mato Grosso do Sul e São Paulo, 2010 – Indígenas que frequentavam sistema escolar

Frequenta escola ou creche?	UF	
	MS	SP
Sim, pública	33,5	21,4
Sim, particular	1,0	3,9
Não, já frequentou	37,0	65,6
Não, nunca frequentou	28,5	9,0
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Dados do universo.

Quanto ao nível de instrução da população, nota-se que naquele ano, maior nível de escolaridade dentre a população indígena residente no estado de São Paulo em comparação com a residente no Mato Grosso do Sul. Dentro dos estados, o nível de instrução de indígenas em São Paulo assemelha-se ao da distribuição de toda a população, enquanto que no Mato Grosso do Sul observa-se maior desigualdade (Tabela 3). Assim como na Tabela 2, é preciso ter em perspectiva a composição etária dessas populações.

TABELA 3 – Mato Grosso do Sul e São Paulo, 2010 – População de 10 anos de idade ou mais segundo nível de instrução

Nível de instrução	São Paulo		Mato Grosso do Sul	
	Toda pop. (inclui indígenas)	Indígenas	Toda pop. (inclui indígenas)	Indígenas
Sem instrução/ fundamental incompleto	41,9	50,7	51,5	80,0
Fundamental completo/médio incompleto	18,8	18,6	17,2	10,6
Médio completo/superior incompleto	26,8	23,6	22,0	7,5
Superior completo	11,7	6,2	8,9	1,4
Não determinado	0,8	0,8	0,4	0,5
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (absoluto)	35.723.255	40.798	2.059.722	50.899

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010. Dados do universo.

3. INDICADORES SELECIONADOS: ESCOLAS, PROFESSORES E ESTUDANTES INDÍGENAS

Neste tópico apresentamos os principais dados sobre escolas (número de escolas em terras indígenas, escolas com educação indígena, escolas segundo uso de material didático específico e segundo idiomas utilizados no ensino); sobre professores (número de professores, tipo de formação e características dos locais onde trabalham); e sobre estudantes (número de estudantes e características das escolas onde estão matriculados).

Escolas

Nas notas técnicas e metodológicas do Censo Escolar não há uma definição precisa para o conceito de “escola indígena”. Não há, tampouco, uma variável que identifique objetivamente “escola indígena”. Há sim como identificar a localização da escola em terra indígena e a oferta de educação escolar indígena no estabelecimento escolar, esteja ele localizado ou não em terra indígena.

Quanto à localização em terra indígena, o Censo Escolar assim define: até 2015, consideravam-se somente as escolas em áreas indígenas demarcadas, propriedades da União. A partir de 2016, refere-se às escolas localizadas em territórios ocupados por um ou mais povos indígenas, em área urbana ou rural, e não precisa estar em área demarcada ou regularizada. Entre 2012 e 2018 o Censo Escolar também teve a categoria de localização da escola em unidade de uso sustentável em terra indígena.

Já “educação escolar indígena” é assim definida ao longo dos anos de coleta do Censo Escolar:

A educação escolar indígena é oferecida exclusivamente para alunos indígenas, por professores prioritariamente indígenas oriundos das respectivas comunidades. As escolas indígenas estão localizadas em terras ocupadas por comunidades indígenas, independentemente da situação de regularização fundiária, que podem se estender por territórios de um ou mais estados ou por municípios contíguos. As atividades de aprendizagem são desenvolvidas nas línguas maternas das comunidades, sejam estas línguas indígenas ou língua portuguesa (Resolução CNE/CEB nº 5/2012). Essas escolas são consideradas pelo CNE (Resolução CNE/CEB nº 3/1999) uma categoria específica de estabelecimento escolar de ensino e, por isso, possuem autonomia pedagógica, organizativa e gerencial (INEP, 2019, p. 40).

Os resultados para escolas em área indígena, escolas com educação indígena e escolas em área indígena com educação indígena são apresentados a seguir. Destacamos as escolas ativas, isto é, em funcionamento no ano do Censo Escolar e o saldo de escolas entre os anos observados. Esse saldo indica quantas escolas foram criadas (saldo positivo), permaneceram funcionando (saldo=0) ou foram paralisadas/extintas (saldo negativo). Apesar de pequenas flutuações, o saldo no período é positivo nos dois estados. Nota-se que há escolas em terras indígenas sem educação indígena. E observa-se também que há escolas com oferta de educação indígena fora de terras indígenas.

TABELA 4 – Brasil, Mato Grosso do Sul e São Paulo – Total de escolas ativas em terras indígenas

Unidade	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	2.460	2.567	2.549	2.765	2.819	2.865	3.039	3.042	3.074	3.117	3.220	3.268	3.373
São Paulo	32	33	34	35	35	38	38	43	44	42	16	16	45
M. Grosso do Sul	48	51	52	54	55	56	53	53	54	57	59	59	59
Total SP e MS	80	84	86	89	90	94	91	96	98	99	75	75	104

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

Obs. Os dados de SP de 2016 e 2017 sugerem problema com os registros, dado a variação abrupta no número de escolas identificadas em terras indígenas.

As Tabelas de 5 a 9 permitem identificar duas tendências principais: aumento do número de escolas, tanto das localizadas terras indígenas quanto nas escolas com educação indígena; houve uma oscilação que em vários momentos chegou a ser significativa de um ano a outro.

Se por um lado a tendência de aumento do número de escolas seja algo positivo, que deve ser suficiente para atender a uma população indígena crescente, por outro, a oscilação anual do número de escolas gera preocupação, pois pode ser que determinados grupos indígenas estejam encontrando dificuldades de acesso a esse direito básico.

TABELA 5 – Brasil, Mato Grosso do Sul e São Paulo – Saldo de escolas em terras indígenas

Unidade	Biênio											
	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18*	18-19
Brasil	107	-18	216	54	46	174	3	32	43	103	48	105
São Paulo	1	1	1	0	3	0	5	1	-2	-26	0	29
M. Grosso do Sul	3	1	2	1	1	-3	0	1	3	2	0	0

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

*Obs. Os dados de SP de 2017 e 2018 sugerem problema com os registros, dado a variação abrupta no saldo de escolas identificadas em terras indígenas.

TABELA 6 – Brasil, Mato Grosso do Sul e São Paulo – Total de escolas ativas com educação indígena

Unidade	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	2.550	2.700	2.698	2.890	2.959	2.957	3.061	3.136	3.085	3.212	3.307	3.357	3.380
São Paulo	29	34	37	38	36	38	39	44	46	42	44	47	46
M. Grosso do Sul	53	55	57	55	58	59	58	59	59	62	63	61	63
Total SP e MS	82	89	94	93	94	97	97	103	105	104	107	108	109

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

TABELA 7 – Brasil, Mato Grosso do Sul e São Paulo – Saldo de escolas com educação indígena

Unidade	Biênio											
	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19
Brasil	150	-2	192	69	-2	104	75	-51	127	95	50	23
São Paulo	5	3	1	-2	2	1	5	2	-4	2	3	-1
M. Grosso do Sul	2	2	-2	3	1	-1	1	0	3	1	-2	2

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

TABELA 8 – Brasil, Mato Grosso do Sul e São Paulo – Total de escolas ativas em terras indígenas com educação indígena

Unidade	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	2.421	2.536	2.441	2.623	2.714	2.725	2.900	2.970	2.890	3.043	3.161	3.227	3.256
São Paulo	29	33	34	35	35	38	38	43	44	42	16	16	44
M. Grosso do Sul	48	51	51	52	54	56	53	53	54	57	59	58	59
Total	77	84	85	87	89	94	91	96	98	99	75	74	103

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

TABELA 9 – Brasil, Mato Grosso do Sul e São Paulo: saldo de escolas em terras indígenas com educação indígena

Unidade	Biênio											
	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18*	18-19
Brasil	115	-95	182	91	11	175	70	-80	153	118	66	29
São Paulo	4	1	1	0	3	0	5	1	-2	-26	0	28
M. Grosso do Sul	3	0	1	2	2	-3	0	1	3	2	-1	1

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

*Obs. Os dados de SP de 2017 e 2018 sugerem problema com os registros, dado a variação abrupta no saldo de escolas identificadas em terras indígenas com educação indígena.

Uso de materiais didáticos específicos

Quanto ao uso de recursos didáticos específicos, há duas observações importantes: essa informação só passa a ser captada a partir de 2008 e em 2019 há mudança na definição. Até 2018 considerava-se esse material como específico para os aspectos linguísticos, socioculturais e ambientais dos estudantes indígenas. Em 2019 são definidos como:

Materiais pedagógicos voltados para a educação escolar indígena os materiais didáticos específicos publicados e distribuídos pelo Ministério da Educação ou pelas secretarias de educação, direcionados para as comunidades indígenas e para a utilização nas escolas brasileiras com objetivo de valorizar suas culturas (INEP, 2019, p. 39).

Ou seja, os dados de 2019 referem-se ao número de estabelecimentos escolares, indígenas e não-indígenas, cujos materiais pedagógicos – e não apenas didáticos – tratavam aspectos indigenistas. Esse dado não é, portanto, comparável ao dos anos anteriores, mesmo no Mato Grosso

do Sul, onde não houve variação da mesma intensidade observada em São Paulo e no Brasil. De modo geral, o que se observa quanto ao uso desse material específico são as flutuações ao longo dos anos e que, em São Paulo houve maior aumento de escolas que se utilizavam desse recurso do que no Mato Grosso do Sul (Tabela 10).

TABELA 10 – Brasil, Mato Grosso do Sul e São Paulo – Escolas ativas com uso de material específico indígena

Unidade	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	-	1.228	1.426	1.787	1.711	2.007	2.004	1.803	1.992	2.156	2.152	2.225	5.436
São Paulo	-	33	37	36	25	9	11	7	49	49	48	71	1.157
M. Grosso do Sul	-	33	32	33	36	37	44	38	42	35	44	38	77
Total	-	66	69	69	61	46	55	45	91	84	92	109	1.234

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

Idiomas de ensino

Conforme indicado, o ensino escolar bilíngue é um direito dos povos indígenas. Até 2014 o Censo Escolar captou se o ensino era feito em língua indígena e/ou em língua portuguesa. Não é possível diferenciar quantas escolas tinham oferta de ensino somente em língua indígena ou somente em língua portuguesa. A partir de 2015 foi feita essa diferenciação, sendo possível também a identificação de escolas onde era utilizadas tanto as línguas dos indígenas quanto a língua portuguesa. Em todos os anos do Censo Escolar, no caso em que as escolas declaravam ter ensino em língua indígena, investigou-se qual ou quais línguas eram utilizadas nas salas de aula. As células das tabelas 12 e 14 marcadas com um traço indicam que a língua correspondente não fora relatada como idioma de ensino na escola. Em São Paulo, embora com tendências de diminuição, havia mais escolas cujo ensino era feito somente em língua indígena do que no Mato Grosso do Sul.

TABELA 11 – Mato Grosso do Sul, 2007-2019 – Características do ensino nas escolas

Ensino	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Oferta E. Indígena	53	55	57	55	58	59	58	59	59	62	63	61	63
Ensino em língua indígena	50	54	50	51	48	52	53	55	-	-	-	-	-
Ensino em língua portuguesa	48	53	53	48	58	53	51	56	-	-	-	-	-
Ensino somente em língua indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	2	3	2
Ensino somente em língua portuguesa	-	-	-	-	-	-	-	-	8	7	7	7	7
Ensino em língua indígena e em língua portuguesa	-	-	-	-	-	-	-	-	48	52	54	51	54

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

TABELA 12 – Mato Grosso do Sul, 2007-2019 – Nº de escolas segundo língua em que o ensino é ministrado

Línguas indígenas	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Kaiowá (Guarani)	26	29	26	26	26	23	26	27	23	25	26	22	28
Mbyá (Guarani)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Nhandéva (Guarani)	1	-	1	3	1	5	2	1	3	3	3	3	7
Guató	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Kadiwéu	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2
Ofayé	1	1	-	-	1	1	1	1	1	-	-	-	-
Teréna	19	21	20	19	-	19	20	21	18	20	27	21	22
Tikúna	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Kinikinawa	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-
Kwazá	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Guarani	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2	2	2	3
Tupí-Guaraní	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Outras línguas indígenas	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2	1	3	4

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

TABELA 13 – São Paulo, 2007-2019 – Características do ensino nas escolas

Ensino	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Oferta E. Indígena	29	34	37	38	36	38	39	44	46	42	44	47	46
Ensino em língua indígena	27	32	32	35	24	34	27	37	-	-	-	-	-
Ensino em língua portuguesa	21	24	34	34	33	5	17	10	-	-	-	-	-
Ensino somente em língua indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	37	23	3	12	9
Ensino somente em língua portuguesa	-	-	-	-	-	-	-	-	9	16	-	5	2
Ensino em língua indígena e em língua portuguesa	-	-	-	-	-	-	-	-	0	3	41	30	35

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

TABELA 14 – São Paulo, 2007-2019 – Nº de escolas segundo língua em que o ensino é ministrado

Línguas indígenas	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Kaiowá (Guarani)	1	1	6	1	2	-	-	1	-	-	-	1	2
Mbyá (Guarani)	12	14	14	9	15	22	10	24	25	12	10	14	15
Nhandéva (Guarani)	10	13	7	18	4	6	7	2	4	6	10	-	2
Krenák	1	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	1
Nheengatú (Língua Geral Amazônica)	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Teréna	2	2	2	4	1	5	3	3	2	1	2	2	4
Chamakóko/Samúko, Chamacoco	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Kaingang	1	2	2	2	1	-	1	1	1	-	-	2	2
Guarani	-	-	-	-	-	-	2	2	1	3	1	-	-
Tupí-Guaraní	-	-	-	-	-	-	2	3	4	3	19	23	25

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

Professores

Neste tópico indicamos a evolução do número de professores indígenas, o perfil de formação desses profissionais e algumas características das escolas onde eles atuam.

Na Tabela 15, notamos que cresce a proporção de professores indígenas no estado do Mato Grosso do Sul enquanto em São Paulo, observamos a estabilidade dos percentuais de participação desses docentes no total de professores do estado. No Gráfico 3 temos a evolução do número absoluto de professores indígenas nos dois estados. Nota-se que em 2007 havia aproximadamente o mesmo número de docentes indígenas nos dois estados (Mato Grosso do Sul

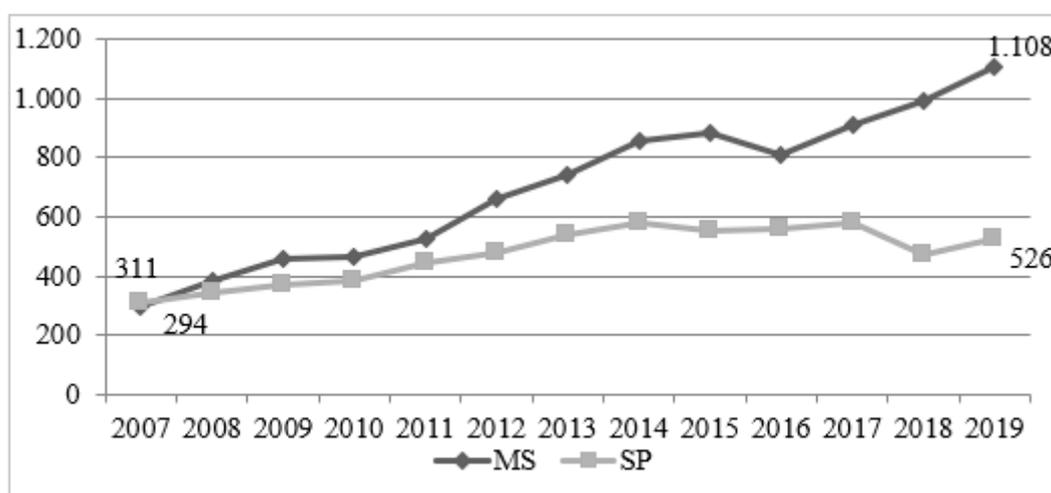
com 294; São Paulo com 311). Mato Grosso do Sul apresenta maior tendência de crescimento do número desses profissionais, tendo em 2019, praticamente o dobro do observado em São Paulo:

TABELA 15 – Mato Grosso do Sul e São Paulo – Proporção de professores indígenas sobre o total de professores

UF	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0,08	0,08	0,09	0,09	0,10	0,10	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,09	0,10
M. Grosso do Sul	1,07	1,34	1,56	1,52	1,65	2,00	2,16	2,27	2,28	2,08	2,26	2,39	2,64

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

GRÁFICO 3 – Mato Grosso do Sul e São Paulo, 2007-2019 – Total de professores indígenas



Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

Formação e locais de atuação dos professores indígenas

Quanto à formação dos docentes indígenas, observa-se que houve aumento daqueles com formação específica (magistério indígena) nos dois estados. Ainda que sejam minoria dentre os professores indígenas, Mato Grosso do Sul apresentou tendência de crescimento de profissionais com esse perfil, enquanto São Paulo manteve pequenas flutuações.

TABELA 16 – Mato Grosso do Sul, 2007-2019 – Perfil dos docentes indígenas e das escolas onde atuam

Categorias	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nível de escolaridade													
Fundamental incompleto	7	6	5	5	7	8	4	2	2	2	2	2	2
Fundamental completo	58	50	48	32	25	22	22	25	23	17	19	16	11
Ensino médio normal/magistério	69	62	63	69	64	75	67	68	85	80	77	76	108
Ensino médio normal/magistério específico indígena	35	54	58	66	77	99	88	83	89	85	85	95	144
Ensino médio técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ensino médio	58	110	174	175	188	213	264	315	304	257	303	289	306
Ensino superior (em andamento ou concluído)	67	99	109	117	165	243	297	361	377	367	425	513	536
Total	294	381	457	464	526	660	742	854	880	808	911	991	1.108
Formação específica em educação indígena (curso 80+ h)													
Não tem	208	292	353	366	422	555	630	727	741	678	768	771	843
Sim	86	87	104	98	104	105	112	127	139	130	143	220	265
Sem informação	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	294	381	457	464	526	660	742	854	880	808	911	991	1.108
Localização da escola onde trabalha													
Urbana	30	51	48	51	53	59	61	76	86	91	98	116	119
Rural	264	330	409	413	473	601	681	778	794	717	813	875	989
Total	294	381	457	464	526	660	742	854	880	808	911	991	1.108
Dependência administrativa escolar													
Federal		1	1	1	2	1	0	0	1	2	0	1	1
Estadual	22	40	51	59	64	71	90	120	121	121	136	135	158
Municipal	268	331	398	395	450	574	640	722	745	668	758	840	930
Privada	4	9	7	9	10	14	12	12	13	17	17	15	19
Total	294	381	457	464	526	660	742	854	880	808	911	991	1.108
Escola está localização diferenciada													
Não se aplica	74	64	64	60	68	67	80	98	129	120	124	140	150
Área de assentamento	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	2
Terra indígena	219	317	393	403	457	592	660	755	751	688	787	851	956
Área de uso sustentável	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Total	294	381	457	464	526	660	742	854	880	808	911	991	1.108
Escola oferece educação indígena													
Não	31	44	46	49	53	52	59	65	76	75	86	101	102
Sim	263	337	411	415	473	608	683	789	804	733	825	890	1.006
Total	294	381	457	464	526	660	742	854	880	808	911	991	1.108

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

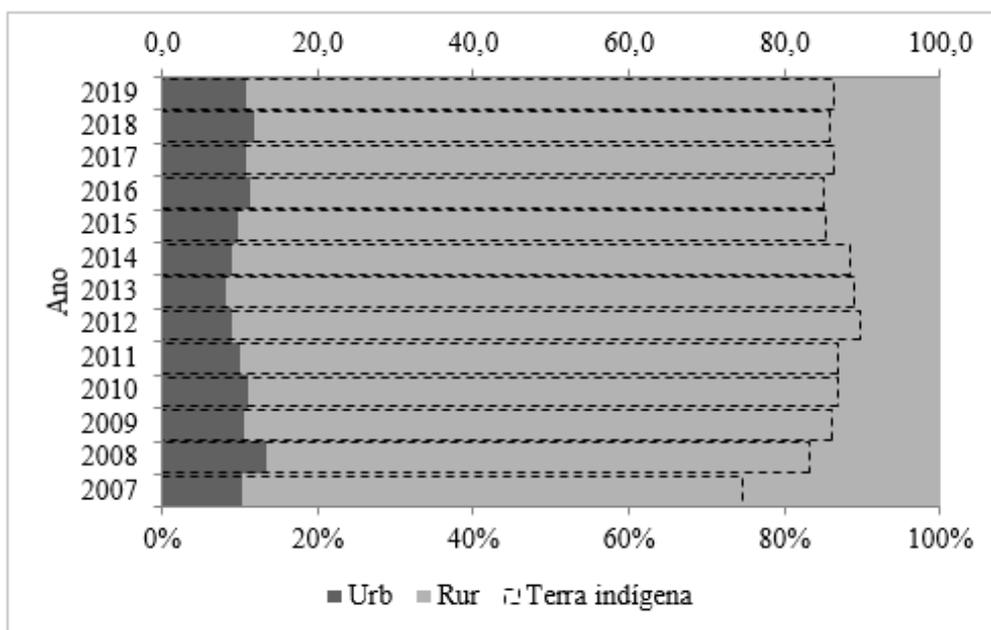
TABELA 17 – São Paulo, 2007-2019 – Perfil dos docentes indígenas e das escolas onde atuam

Categorias	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nível de escolaridade													
Fundamental incompleto	25	31	19	26	26	20	17	9	14	7	9	15	0
Fundamental completo	10	7	11	10	14	20	18	13	12	18	13	6	0
Ensino médio normal/magistério	45	53	54	51	49	47	39	36	36	30	26	13	42
Ensino médio normal/magistério específico indígena	6	10	29	17	25	21	23	34	22	25	26	7	9
Ensino médio técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ensino médio	84	95	91	106	107	116	142	157	152	132	140	145	181
Ensino superior (em andamento ou concluído)	141	146	168	174	221	257	300	327	314	350	363	287	293
Total	311	342	372	384	442	481	539	576	550	562	577	473	526
Formação específica em educação indígena													
Não tem	287	332	357	375	419	463	519	548	527	539	553	458	504
Sim	24	10	15	9	23	18	20	28	23	23	24	15	22
Total	311	342	372	384	442	481	539	576	550	562	577	473	526
Localização da escola onde trabalha													
Urbana	264	296	302	316	354	396	422	457	424	448	445	308	355
Rural	47	46	70	68	88	85	117	119	126	114	132	165	171
Total	311	342	372	384	442	481	539	576	550	562	577	473	526
Dependência administrativa escolar													
Federal	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	2	0	1
Estadual	104	104	146	151	193	223	260	277	241	235	246	235	281
Municipal	123	148	142	161	167	183	190	198	193	218	213	146	148
Privada	84	90	84	72	82	75	88	101	116	107	116	92	96
Total	311	342	372	384	442	481	539	576	550	562	577	473	526
Escola está localização diferenciada													
Não se aplica	228	239	244	255	279	315	335	369	352	382	464	376	279
Área de assentamento	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Terra indígena	82	103	128	129	162	166	203	207	195	178	113	97	247
Remanescente de quilombos	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de uso sustentável	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	0
Total	311	342	372	384	442	481	539	576	550	562	577	473	526
Escola oferece educação indígena													
Não	233	239	244	255	280	315	336	369	355	384	391	256	279
Sim	78	103	128	129	162	166	203	207	195	178	186	217	247
Total	311	342	372	384	442	481	539	576	550	562	577	473	526

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

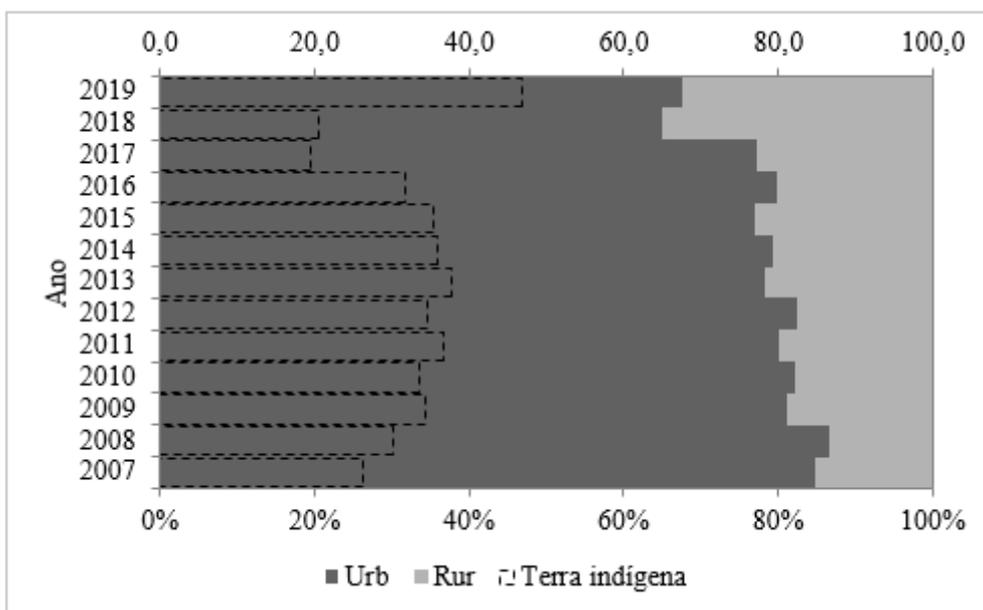
O perfil das escolas onde trabalhavam os professores indígenas foi levantado segundo a localização, o tipo de administração a que estavam submetidas e se o estabelecimento ofertava educação indígena. A questão do tipo de administração se faz importante, dado que são os estados e municípios os responsáveis pela oferta de educação escolar indígena. Na comparação entre Mato Grosso do Sul e São Paulo fica claro que a maior parte dos professores no primeiro estado atuava em escolas de áreas rurais, em terras indígenas e sob administração municipal. São Paulo, por sua vez, tem a maior parte de seus professores indígenas atuando em escolas de áreas urbanas, sem localização diferenciada e sob administração estadual. Além dos números absolutos expressos nas Tabelas 16 e 17, apresentamos também gráficos da distribuição proporcional desses professores segundo as variáveis de localização e de administração da escola, e oferta de educação escolar indígena (Gráficos 4 a 7).

GRÁFICO 4 – Mato Grosso do Sul, 2007-2019 – Professores indígenas segundo localização das escolas onde atuavam



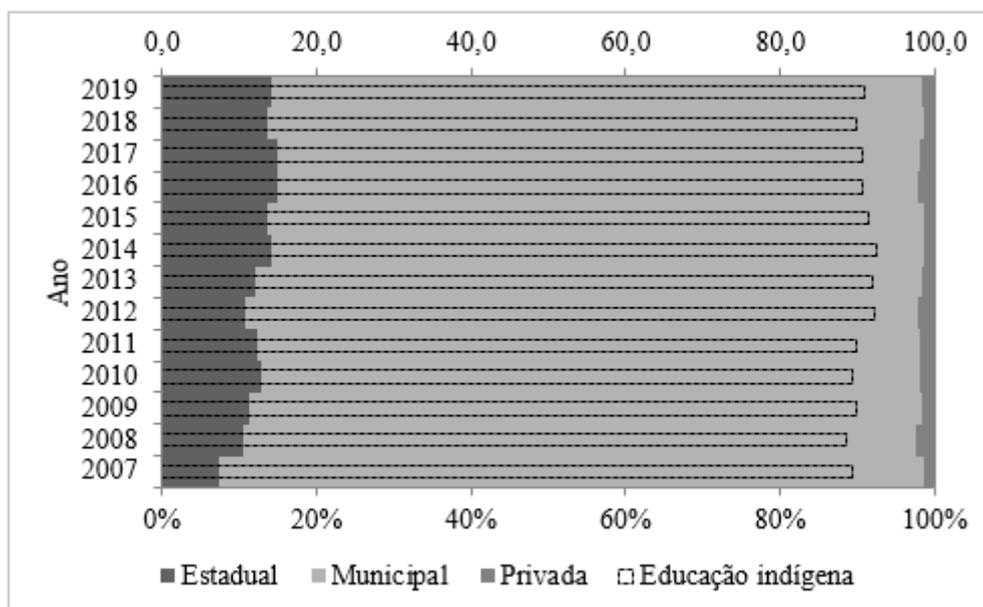
Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

GRÁFICO 5 – São Paulo, 2007-2019 – Professores indígenas segundo localização das escolas onde atuavam



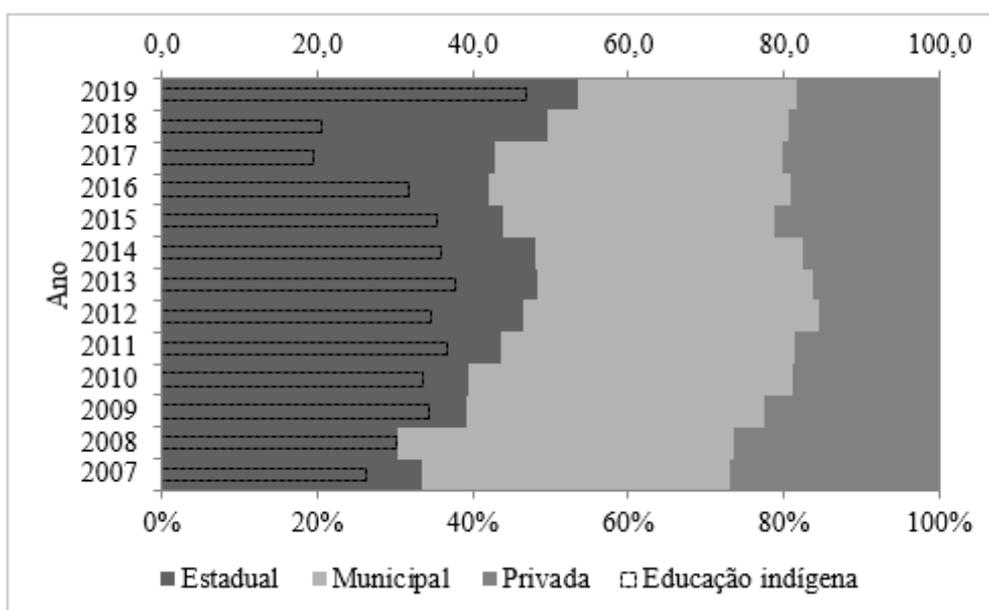
Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

GRÁFICO 6 – Mato Grosso do Sul, 2007-2019 – Professor indígena por tipo de escola e oferta de educação indígena



Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

GRÁFICO 7 – São Paulo, 2007-2019 – Professor indígena por tipo de escola e oferta de educação indígena



Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

Estudantes

Assim como apresentado para os professores indígenas, indicamos na Tabela 18 a proporção de estudantes indígenas sobre o total de estudantes em Mato Grosso do Sul e São Paulo. Verifica-se aumento da participação percentual de estudantes indígenas no Mato Grosso do Sul e diminuição em São Paulo:

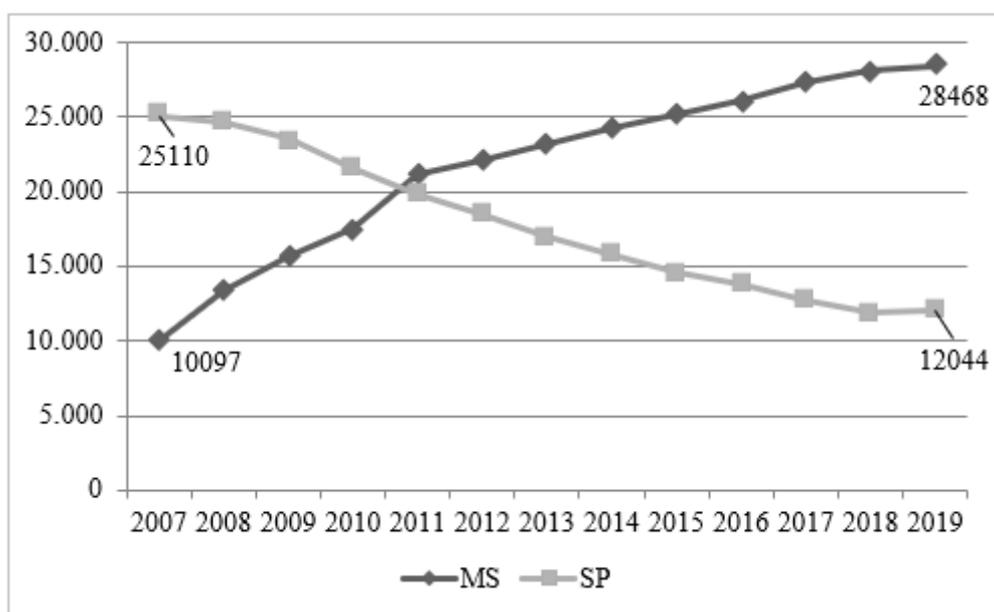
TABELA 18 – Mato Grosso do Sul e São Paulo – Proporção de estudantes indígenas no total de estudantes

UF	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	0,24	0,23	0,22	0,21	0,19	0,18	0,17	0,15	0,15	0,14	0,13	0,12	0,12
M. Grosso do Sul	1,48	1,96	2,30	2,59	3,12	3,30	3,48	3,59	3,72	3,83	4,00	4,10	4,20

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

Quanto ao número de estudantes indígenas nos estados, observa-se uma inversão de tendências. No Mato Grosso do Sul há o aumento do número desses estudantes enquanto em São Paulo há diminuição. O ano de 2011 marca o ponto no tempo onde os dois estados tinham aproximadamente a mesma quantidade de estudantes indígenas, cerca de 20.000 (Gráfico 8):

GRÁFICO 8 – Mato Grosso do Sul e São Paulo, 2007-2019 – Total de estudantes indígenas



Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

Quanto à localização das escolas onde estavam matriculados os estudantes indígenas, conforme esperado, a maioria desses estudantes no Mato Grosso do Sul estavam em escolas de áreas rurais, em terras indígenas, sob administração municipal, com oferta de educação indígena. Em São Paulo, a maior parte encontrava-se em escolas de áreas urbanas, sem localização diferenciada, sob administração estadual e sem oferta de educação específica indígena. Chama a atenção o fato de haver estudantes indígenas em escolas privadas, principalmente no estado de São Paulo. A distribuição da proporção de estudantes em escolas segundo localização, tipo de administração e oferta de educação indígenas estão nos Gráficos 9 a 12.

TABELA 19 – Mato Grosso do Sul, 2007-2019 – Perfil dos estudantes indígenas matriculados na Educação Básica

Categ.	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Localização da escola													
Urb.	2.194	3.515	3.626	3.909	4.248	4.671	5.075	5.323	5.653	6.029	6.437	6.871	6.768
Rur.	7.903	9.896	12.117	13.605	16.910	17.499	18.118	18.986	19.503	20.078	20.959	21.260	21.700
Total	10.097	13.411	15.743	17.514	21.158	22.170	23.193	24.309	25.156	26.107	27.396	28.131	28.468
Dependência administrativa escolar													
Fed.	1	1	1	1	4	2	4	8	20	13	11	13	16
Est.	1.094	1.894	2.424	2.655	3.439	3.565	3.580	4.120	4.202	4.662	5.241	5.620	5.786
Mun.	8.901	11.388	13.187	14.697	17.492	18.285	19.282	19.851	20.618	21.104	21.772	22.140	22.299
Priv.	101	128	131	161	223	318	327	330	316	328	372	358	367
Total	10.097	13.411	15.743	17.514	21.158	22.170	23.193	24.309	25.156	26.107	27.396	28.131	28.468
Escola em localização diferenciada													
Ñ apl.	3.989	4.816	5.082	5.588	6.106	6.518	7.026	7.799	8.576	8.970	9.168	9.801	9.834
Assent.	11	31	54	64	74	116	125	57	79	83	102	73	86
T. ind.	6.093	8.561	10.602	11.861	14.977	15.527	16.033	16.436	16.493	17.050	18.123	18.251	18.543
Quil.	4	3	5	1	1	9	9	17	8	4	3	6	5
Total	10.097	13.411	15.743	17.514	21.158	22.170	23.193	24.309	25.156	26.107	27.396	28.131	28.468
Escola oferece educação indígena													
Não	2.359	3.664	3.917	4.259	4.758	5.178	5.648	6.239	6.639	6.995	7.508	8.161	7.997
Sim	7.738	9.747	11.826	13.255	16.400	16.992	17.545	18.070	18.517	19.112	19.888	19.970	20.471
Total	10.097	13.411	15.743	17.514	21.158	22.170	23.193	24.309	25.156	26.107	27.396	28.131	28.468

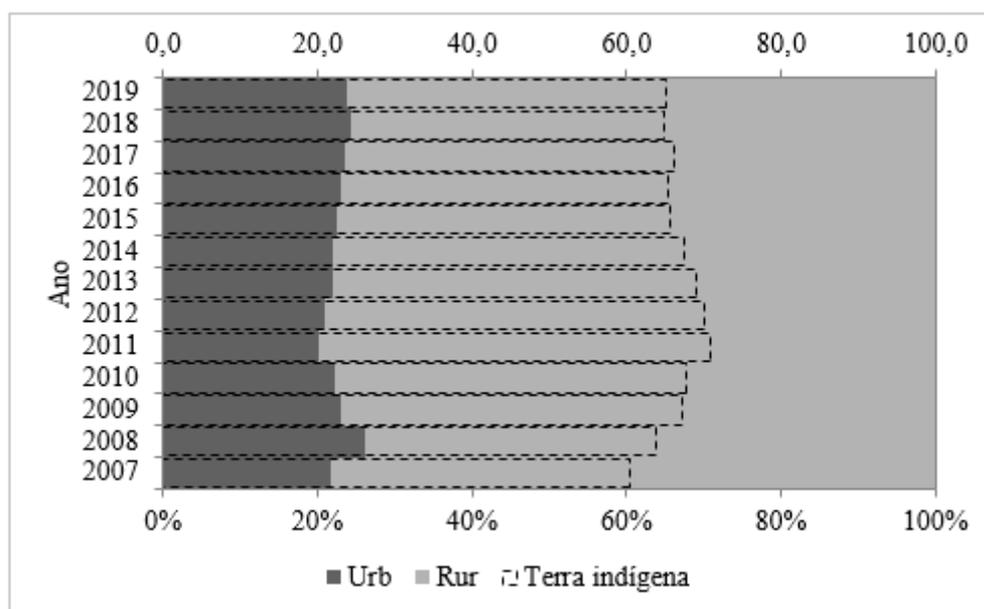
Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

TABELA 20 – São Paulo, 2007-2019 – Perfil dos estudantes indígenas matriculados na Educação Básica

Categ.	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Localização da escola													
Urb.	24.450	24.038	22.853	20.895	19.165	17.701	16.273	15.077	13.836	13.083	11.848	11.023	11.058
Rur.	660	618	670	689	722	739	723	709	729	706	868	972	986
Total	25.110	24.656	23.523	21.584	19.887	18.440	16.996	15.786	14.565	13.789	12.716	11.995	12.044
Dependência administrativa escolar													
Fed.	4	7	9	18	15	22	29	28	28	27	28	30	33
Est.	13.820	13.567	13.263	12.676	11.853	11.119	10.402	9.585	8.449	8.164	7.589	7.065	6.674
Mun.	9.415	9.000	8.099	6.878	6.105	5.498	4.842	4.429	4.220	4.023	3.660	3.544	3.764
Priv.	1.871	2.082	2.152	2.012	1.914	1.801	1.723	1.744	1.868	1.575	1.439	1.356	1.573
Total	25.110	24.656	23.523	21.584	19.887	18.440	16.996	15.786	14.565	13.789	12.716	11.995	12.044
Escola em localização diferenciada													
Ñ apl.	24.446	23.852	22.420	20.431	18.615	17.054	15.512	14.221	13.070	12.181	11.912	11.374	10.188
Assent.	8	7	5	6	11	13	9	3	3	2	2	1	3
T. ind.	648	788	1.088	1.142	1.258	1.368	1.472	1.559	1.464	1.552	802	620	1853
Quil.	8	9	10	5	3	5	3	3	0	0	0	0	0
Á. sust.	0	0	0	0	0	0	0	0	28	54	0	0	0
Total	25.110	24.656	23.523	21.584	19.887	18.440	16.996	15.786	14.565	13.789	12.716	11.995	12.044
Escola oferece educação indígena													
Não	24.478	23.868	22.435	20.442	18.627	17.072	15.524	14.227	13.101	12.237	11.139	10.349	10.191
Sim	632	788	1.088	1.142	1.260	1.368	1.472	1.559	1.464	1.552	1.577	1.646	1.853
Total	25.110	24.656	23.523	21.584	19.887	18.440	16.996	15.786	14.565	13.789	12.716	11.995	12.044

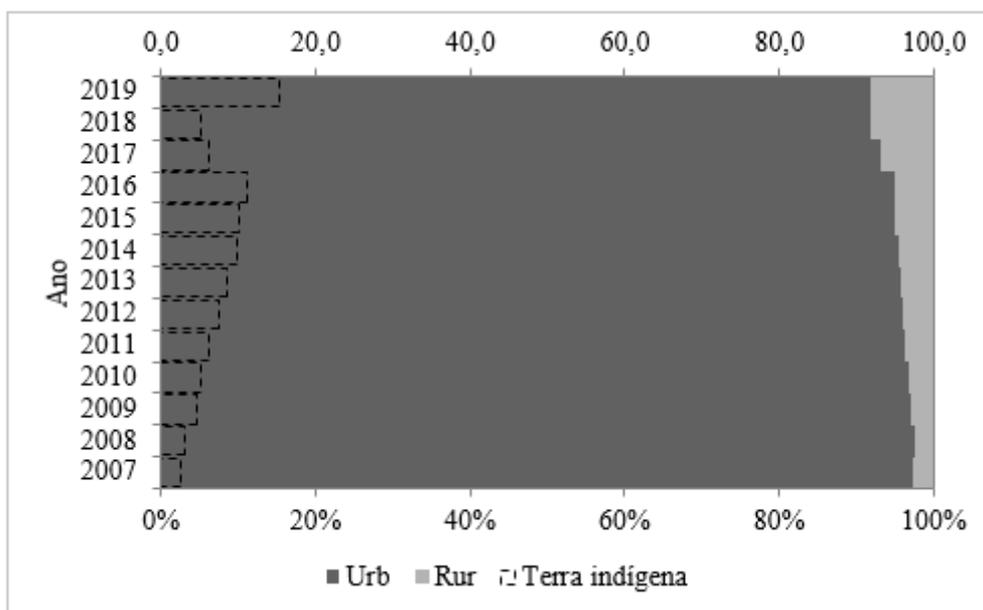
Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

GRÁFICO 9 – Mato Grosso do Sul, 2007-2019 – Estudantes indígenas segundo localização da escola que frequentavam



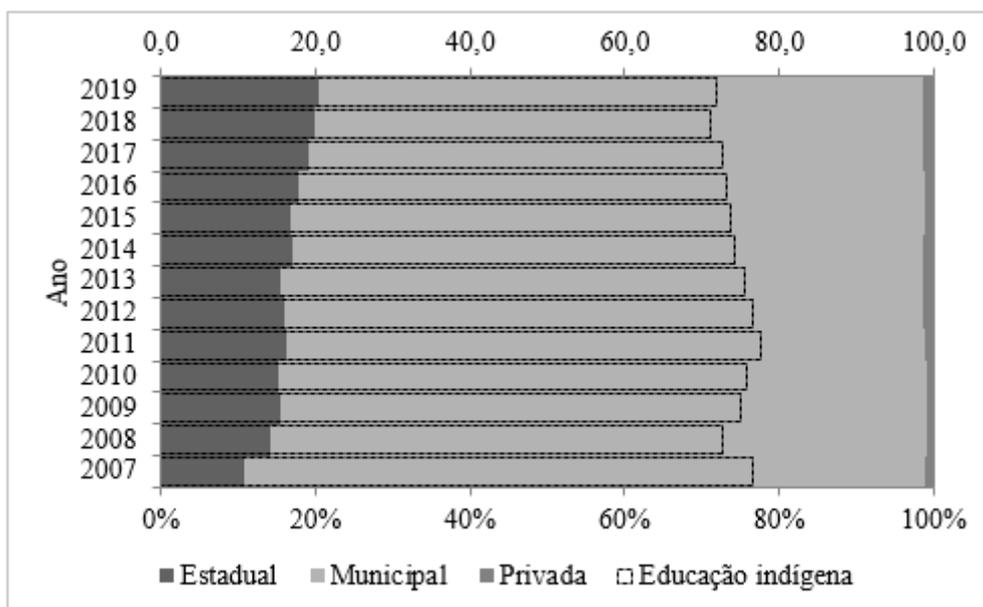
Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

GRÁFICO 10 – São Paulo, 2007-2019 – Estudantes indígenas segundo localização da escola que frequentavam



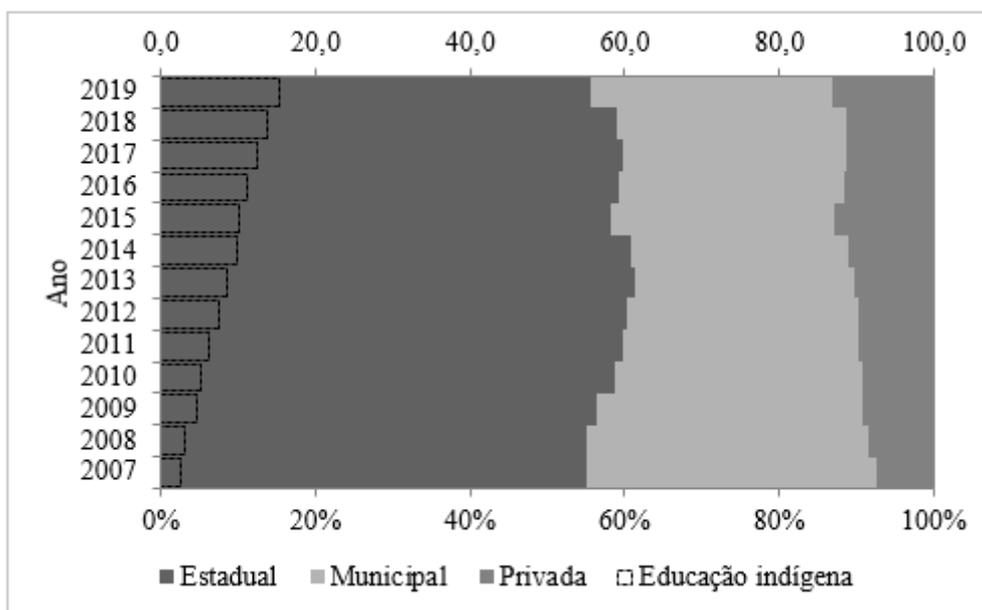
Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

GRÁFICO 11 – Mato Grosso do Sul, 2007-2019 – Estudantes indígenas segundo tipo de escola que frequentava e oferta de educação indígena



Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

GRÁFICO 12 – São Paulo, 2007-2019 – Estudantes indígenas segundo tipo de escola que frequentava e oferta de educação indígena



Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

4. SÍNTESE

Para os objetivos da pesquisa, estes dados apenas iniciam a discussão sobre a questão escolar indígena nos dois estados de interesse segundo a perspectiva das fontes oficiais. Embora o Censo Escolar seja uma pesquisa com vários mecanismos de controle de qualidade das informações prestadas, o mesmo não é isento de erros. Desde o preenchimento dos formulários por parte de diretores escolares e gestores municipais ao pós-processamento dos dados, pode ocorrer interferências que desconfigurem a realidade observada daquela apresentada no banco de dados. Portanto, há que se ler e interpretar essas informações com cuidado, especialmente aquelas relacionadas às flutuações numéricas referentes aos indicadores relacionados às escolas indígenas.

As tabelas e gráficos deste relatório podem ser tidos como complementares às Sinopses Estatísticas da Educação Básica, publicadas pelo INEP. Trata-se de uma primeira incursão na tentativa de atualizar o cenário da educação escolar indígena, ao menos para os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esses dados não nos permitem fazer qualquer afirmação sobre o papel das escolas indígenas em suas comunidades, mas permitem conhecer minimamente o perfil desses estabelecimentos, bem como de professores e estudantes que neles desenvolvem suas atividades. Em última instância, as informações contidas neste relatório podem subsidiar discussões/estratégias relativos ao planejamento e ao papel dessa educação tão específica.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. M. A. O censo 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (org.). **Povos indígenas no Brasil: 2006 - 2010**. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, v. 1, 2011. p. 25-45.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Título VIII, Capítulo III, Seção I, Art. 210. Brasília, DF, 1988.
- CUNHA, R. B. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. **Educar**, Curitiba, PR, n. 32, p. 143-159, 2008.
- GRUPIONI, L.D.B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília, DF: MEC/SECAD/UNESCO, 2006. p. 39-68.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- INEP. **Censo Escolar Indígena**: 1999. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-dados/1185-censo-escolar-educacao-basica.html>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- INEP. **Censo Escolar**: 2018. Brasília, DF, 2019.
- INEP. **Censo Escolar**: 2017. Brasília, DF, 2018.
- INEP. **Censo Escolar**: 2016. Brasília, DF, 2017.
- INEP. **Censo Escolar**: 2015. Brasília, DF, 2016.
- INEP. **Censo Escolar**: 2014. Brasília, DF, 2015.
- INEP. **Censo Escolar**: 2013. Brasília, DF, 2014.
- INEP. **Censo Escolar**: 2012. Brasília, DF, 2013.
- INEP. **Censo Escolar**: 2011. Brasília, DF, 2012.
- INEP. **Censo Escolar**: 2010. Brasília, DF, 2011.
- INEP. **Censo Escolar**: 2009. Brasília, DF, 2010.
- INEP. **Censo Escolar**: 2008. Brasília, DF, 2009.
- INEP. **Censo Escolar**: 2007. Brasília, DF, 2008.
- INEP. **Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil**. Brasília, DF, 2007.
- LISBÔA, F. M. Interculturalidade, letramento e alternância como fundamentos para a educação indígena. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 56, n. 2, p. 669-688, 2017.
- MAHER, T. M. A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília, DF: MEC/SECAD/UNESCO. 2006. p. 11-37.
- NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Informação das Nações Unidas, 2008.
- SILVA, M. F.; AZEVEDO, M. M. Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre. In: SILVA; A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, DF: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

ANEXOS

TABELA 1 – Mato Grosso do Sul e São Paulo: número de matrículas e número de estudantes indígenas

Unidade de análise	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Mato Grosso do Sul													
Matrículas	10.518	14.189	16.656	18.409	22.747	23.758	25.064	27.170	27.819	28.125	29.843	29.535	29.836
Estudantes	10.097	13.411	15.743	17.514	21.158	22.170	23.193	24.309	25.156	26.107	27.396	28.131	28.468
% casos suprimidos	4,0	5,5	5,5	4,9	7,0	6,7	7,5	10,5	9,6	7,2	8,2	4,8	4,6
São Paulo													
Matrículas	25.288	25.058	24.090	22.106	20.745	19.366	18.421	17.109	16.238	14.993	13.986	12.790	12.719
Estudantes	25.110	24.656	23.523	21.584	19.887	18.440	16.996	15.786	14.565	13.789	12.716	11.995	12.044
% casos suprimidos	0,7	1,6	2,4	2,4	4,1	4,8	7,7	7,7	10,3	8,0	9,1	6,2	5,3

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

TABELA 2 – Mato Grosso do Sul e São Paulo: número de códigos identificadores e número de docentes indígenas*

Unidade de análise	Ano												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Mato Grosso do Sul													
Matrículas	931	1.427	1.683	1.775	2.204	2.551	3.011	3.670	3.645	3.539	4.018	4.003	4.530
Estudantes	294	381	457	464	526	660	742	854	880	808	911	991	1.108
% casos suprimidos	68,4	73,3	72,8	73,9	76,1	74,1	75,4	76,7	75,9	77,2	77,3	75,2	75,5
São Paulo													
Matrículas	1.154	906	1.146	1.172	1.472	1.528	1.722	1.953	1.510	1.784	1.946	1.407	1.730
Estudantes	311	342	372	384	442	481	539	576	550	562	577	473	526
% casos suprimidos	73,1	62,3	67,5	67,2	70,0	68,5	68,7	70,5	63,6	68,5	70,3	66,4	69,6

Fonte: INEP (Censo Escolar, 2007-2019).

*Para o banco de docentes, quando se analisa todos os casos (não somente indígena) o percentual de casos suprimidos é cerca de 20% nos anos observados.